

Estratégias dos Guarani Mbya na luta pela terra

Kalna Mareto Teao¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar por meio das fontes orais e escritas as estratégias utilizadas pelos Guarani Mbya acerca da luta pela terra no estado do Espírito Santo (1967-2007). Observamos que nos documentos escritos e na imprensa local, os Guarani são invisibilizados no que tange aos direitos sobre a posse da terra. Diante disso, nos propusemos a investigar quais as causas dessa invisibilidade ao recuperar por meio das vozes das lideranças políticas as definições de terra, território e religiosidade dos Guarani Mbya. Ao mesmo tempo percebemos o uso de diversas estratégias políticas para conseguir o acesso à posse da terra junto aos povos Tupinikim.

Palavras-chaves: Guarani Mbya- história- terra

Abstract: This papers has as objective to analyse through the oral and written sources the strategies used by the Guarani Mbya about the fight for land in the state of the Espírito Santo (1967-2007). We noticed that in the written documents and in the local press, the Guarani are invisibles with regards the rights on the possession of the land. Before that, we proposed ourselves to investigate what causes this invisibility. We retrieved through the voices of the political leadership the definitions of land, territory and religiosity of the Guarani Mbya. At the same time, we realize the use of several political strategies to get the access and the possession of the land with the people Tupinikim.

Key-words: Guarani Mbya- history-land

Ao investigar as fontes históricas para a construção da história Guarani Mbya² no Espírito Santo nos deparamos com uma ausência desse grupo étnico no mundo da escrita. As fontes por nós examinadas foram os relatórios da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), jornais impressos e jornais eletrônicos desde a chegada dos Mbya ao estado até os dias atuais. Essa ausência dos

¹ Mestre em Educação. Pesquisadora em História indígena. Professora da PMV (Prefeitura municipal de Vitória).

² Segundo censo da FUNAI de 2005, compreende cerca de 2.346 indígenas aldeados, sendo 2.109 da etnia Tupinikim e 239 Guarani, ambos os grupos situados no município de Aracruz.

Guarani no mundo da escrita nos levou a procurar outras fontes como trabalhos acadêmicos, relatórios antropológicos e narrativas orais dos próprios indígenas.

Nesse desafio de construção da história guarani pudemos notar que a ausência dos Mbya no mundo da escrita resulta de um processo de invisibilidade dos povos indígenas no Estado do Espírito Santo. Moreira (2001:48) atribui à invisibilidade dos índios no período pós-colonial devido à pouca visibilidade no ambiente social em que as obras foram produzidas, resultando em um processo de dupla exclusão, tanto historiográfico quanto social dos grupos minoritários diante da sociedade nacional. A invisibilidade dos índios na história encontra-se justificada pelo pensamento que a própria sociedade ocidental atribui aos povos indígenas. Para Sampaio (2001: 151), os índios são vistos através de dois possíveis caminhos, um viés positivo de “sociedades puras” e outro viés negativo de “sociedades da falta”. No primeiro caso, os índios são considerados puros, autênticos, próximos à natureza e a um estado idílico, isolados do contato com a sociedade envolvente. No segundo caso, as sociedades indígenas são consideradas “sociedades da ausência” ou “sociedades da perda”, pois não possuem mais suas antigas línguas, tradições, culturas e encontram-se bastante influenciados pela cultura ocidental. Em ambos os casos, o que ocorre para o autor é uma invisibilização da transformação histórica das sociedades indígenas em sua inter-relação cultural e simbólica entre grupos diferenciados.

A identidade étnica é manipulada pelos meios de comunicação e pela empresa com o intuito de convencer a sociedade envolvente sobre a não existência de índios no Espírito Santo, relegando-lhes à condição de remanescentes e aculturados. Se não existem índios, não existe também o direito à terra. No caso dos Guarani, a destituição de sua condição de índios perpassa por classificações como paraguaios, nômades, estrangeiros. Tais denominações escondem um profundo desconhecimento sobre a história e a complexidade cultural desse povo. Esse contexto encontra forte ressonância nas estratégias encampadas pelo Estado nacional, pelas empresas, pelas elites fundiárias e pelos meios de comunicação na América Latina. Quando os povos indígenas se insurgem na luta por seus direitos políticos, são considerados entraves ao progresso econômico e desenvolvimentista.³

³ Para Freire (2000: 97-98) existem cinco equívocos que foram enraizados profundamente pela sociedade brasileira e contribuem para perpetuar o preconceito e a discriminação sobre os índios. O primeiro considera os povos indígenas como **culturas atrasadas**, isto é, possuem uma língua considerada inferior e são considerados atrasados. Considera-se todo o saber indígena como menos prestigioso do que o saber científico e ocidental. No entanto, o autor nos chama a atenção para a sofisticação da literatura e da arte indígenas. O segundo equívoco consiste em considerar as culturas indígenas como **culturas congeladas**, ou seja, os índios autênticos devem ser iguais aos índios do passado,

Em 1967, os Guarani⁴ chegaram ao Espírito Santo, estabelecendo-se em Caieiras Velhas, região de Aracruz. Nessa época, o prefeito Primo Bitti, ao encontrar um dos grupos Mbya surpreendeu-se com a existência de índios que preservavam o idioma nativo e a religião. O outro grupo guarani estava em Guarapari. Neste município, inicialmente, os índios ocuparam uma região que pertencia à marinha e ao serem descobertos, foram expulsos. Em 1973, o prefeito de Guarapari, Hugo Borges, prometeu terra aos índios em troca de que se apresentassem como atração turística para o município. Tal fato teve repercussão nacional na imprensa, pois se noticiava a existência de índios sendo explorados de forma vexatória. Esse acontecimento deflagrou a notícia de que havia índios no estado, o que era negado anteriormente. Mesmo sendo vítimas da exploração do poder municipal, os Mbya passaram à condição de índios desajustados pelo regime militar. Nesse momento, o então chefe da ajudância Minas/Bahia da FUNAI, Itatuitim Ruas, esteve no estado e providenciou para que os Guarani fossem levados para a Fazenda Carmésia⁵, em Minas Gerais, uma espécie de reformatório para índios.

A chegada dos Guarani promoveu a discussão sobre a presença indígena no Estado⁶. Nessa época instalava-se a empresa Aracruz Celulose. A existência deste grande projeto industrial

da época do descobrimento. O terceiro equívoco trabalha com a idéia de um **índio genérico**, isto é, costuma-se classificar os cerca de 200 povos indígenas falantes de 188 idiomas como um povo único, desconsiderando assim sua cultura, sua religião, sua ciência e sua historicidade próprias. O quarto equívoco relega o **índio no passado**, ou seja, os índios só existem no período colonial e são taxados como primitivos, atrasados e considerados como obstáculos ao progresso. Finalmente, o quinto equívoco consiste em afirmar que **o brasileiro não é índio**, pois existe uma tendência em sobrepor a matriz européia, esquecendo-se das contribuições culturais do índio e do negro na história e formação do povo brasileiro.

⁴ Por volta de 1940, os Mbya saíram do Rio Grande do Sul impulsionados por conflitos fundiários que envolviam a disputa de suas áreas com plantadores de erva-mate. Sua trajetória foi liderada pela xamã Tatãtxi Ywa Reté e seu grupo familiar. De lá, então, partiram para São Paulo, na aldeia de Rio Branco, onde permaneceram por cinco anos. Seguiram para a aldeia de Itariri, Rio Comprido, Rio Silveira e Ubatuba. Formaram a aldeia de Boa Vista, ainda em São Paulo. Percorreram Parati Mirim, no Rio de Janeiro, até chegar ao Espírito Santo. Nos estados de São Paulo e no Rio de Janeiro, trabalharam como agricultores para fazendeiros regionais. Os Guarani eram submetidos a duros trabalhos agrícolas, em rotinas exaustivas e sem remuneração, obtendo apenas poucos recursos para sua sobrevivência. Os índios, sentindo-se explorados e sendo espectadores de que trabalhavam em terras alheias e impróprias ao seu modo de vida, desejavam ansiosamente novas terras em que pudessem exercer o *nhandereko*. De acordo com Ciccarone (1996, 2001), os Guarani possuíam estratégias para se relacionar com a sociedade não índia a fim de conseguirem recursos necessários à sobrevivência como a procura de ajuda às autoridades locais e às igrejas evangélicas.

⁵ Na fazenda Carmésia, os Guarani permaneceram de 1973 a 1978, sendo separados dos demais grupos que lá estavam, como Pataxós, Krenak, Tupinikim, Pancararu, Karajá, Maxakali. Marcato (1980) revela a resistência dos Guarani em serem levados para Carmésia. As narrativas indígenas (CICCARONE, 1996) demonstram a insatisfação do grupo de ficar em Minas Gerais, devido às condições climáticas de frio intenso na região, ao qual não estavam acostumados. Além disso, as condições para o cultivo não eram consideradas apropriadas. Várias vezes, devido à insatisfação, os Mbya elaboraram estratégias de fuga, pois desejavam retornar à região de Caieiras Velhas.

⁶ Os Guarani foram levados por Itatuitim Ruas justamente no período em que a empresa devastou a pouca quantidade de terras nativas que existiam na região de Aracruz. O Estado e a empresa manipulavam juntamente com os meios de

financiado pelos militares simbolizava o progresso e a modernização que tentava deixar para trás uma imagem de estado agrário. Tal processo de modernização era incongruente com a presença de povos indígenas, considerados símbolos do atraso. O resultado não poderia ser diferente. Iniciou-se uma intensa disputa dos índios contra a empresa pela posse da terra que duraria quatro décadas.

Podemos dividir a história da luta pela terra indígena em três fases. A primeira, ocorrida de 1967, ano da implantação da Aracruz Celulose no estado, ao de 1983, ano de homologação das terras indígenas. A segunda fase iniciou-se em 1993, quando os Tupinikim e Guarani reivindicaram a ampliação da área indígena, e durou até 1998, com a ampliação do território indígena de Caieiras Velhas⁷. E a terceira fase iniciou-se em fevereiro de 2005, através da assembléia das duas etnias para lutar pela ampliação da área indígena e romper o Termo de Ajustamento de Conduta.⁸

Na primeira fase (1967-1983), ocorreu um conflito entre índios e a empresa, pois os Tupinikim se recusavam a sair de suas terras e perdiam suas áreas para os posseiros⁹, que se instalaram, principalmente, na região de Caieiras Velhas. Segundo Castro¹⁰ (1979): “O problema (das terras) não surgiu de invasão pelos índios, mas pela recusa destes em deixar aqueles locais, ante o propósito de desmatamento para a execução dos projetos de replantio da Aracruz Florestal e subsidiárias.” A empresa Aracruz Celulose conseguiu, por intermédio do Estado do Espírito Santo, adquirir 40 mil hectares, sendo 10 mil pertencentes à COFAVI (Companhia de Ferro e Aço de Vitória) e os 30 mil restantes, obtidos através de negociação direta com os próprios índios. (FUNAI, 1975). Segundo Marcato (1980 b: 8), os índios não tinham consciência dos seus direitos sobre as terras, nem informação de que se tratavam de terras inalienáveis, vendendo-as de

comunicação da época a questão da identidade étnica dos indígenas como forma de expropriá-los do processo de luta pela terra. (MARCATO, 1980b). Os Tupinikim eram denominados de não índios e caboclos, não falantes da língua indígena. Aos Guarani eram atribuídos as denominações de estrangeiros e paraguaios, não originários do estado, índios que vieram em busca de emprego na Aracruz Celulose.

⁷ O relatório da FUNAI, através da Portaria Número 609, datada de 08 de novembro de 1979, reconhecia 6.500 hectares de terras indígenas, a serem demarcadas. No entanto, este relatório foi considerado inválido, e em 1983 foram homologados 4.490 hectares, ou seja, houve uma perda de 2.010 hectares de terras.

⁸ O Termo de ajustamento de conduta foi assinado pelos índios Tupinikim e Guarani com a empresa Aracruz Celulose em 02 de abril de 1998. Neste documento, a empresa cederia uma quantia de dez milhões e duzentos e sessenta mil reais às comunidades indígenas num prazo de vinte anos. Além disso, a empresa permitiria que os índios explorassem os eucaliptos. Ainda, a empresa seria responsável pelo pagamento das contas de água e energia elétrica até o valor de sete mil e novecentos e oitenta reais ao ano, além de subsidiar projetos destinados à agricultura.

⁹ Segundo Valle existiam cerca de 200 pessoas não indígenas em Caieiras Velhas, sendo que essa população se recusava a sair da região, acirrando ainda mais os conflitos pela terra.

¹⁰ DEPARTAMENTO de Polícia Federal. IPP nº 07/79. Vitória, 21 de maio de 1979. Anexado ao Proc. nº 2.561/79, fls. 112 a 114.

forma voluntária ou por coação, já que nessa época a FUNAI desconhecia a existência de índios na região. O próprio Estado negociava as terras indígenas. Segundo Vieira¹¹ (1977:6) as florestas foram compradas por um milhão de cruzeiros, sem concorrência pública, tendo a operação de compra e venda sido realizada pelo governador da época Arthur Gerhardt Santos (1971-1974), que ocupou o cargo de diretor da Aracruz Celulose após deixar o seu mandato político.

Uma das estratégias políticas para chamar a atenção das autoridades sobre o problema fundiário consistiu na elaboração de um documento pelos Tupinikim e Guarani que se dirigiram até Brasília para serem ouvidos. Outra estratégia utilizada pelos índios em todas as fases do litígio consistiu na auto-demarcação das terras. Em 19 de maio de 1980, cansados de esperar a decisão da FUNAI, os índios começaram a se mobilizar para auto-demarcar as terras. Em 26 de junho, os índios iniciaram a auto-demarcação da reserva de Caieiras Velhas e planejaram continuar a atividade em Pau Brasil e em Comboios. Tal iniciativa foi realizada porque os índios receberam notícias do cacique Tupinikim que o presidente da FUNAI, não ia reconhecer a Portaria de novembro de 1979. A FUNAI e a Aracruz Celulose resolveram propor novo acordo aos índios, pedindo a redução das terras em troca de indenizações durante cinco anos¹², sendo essas consideradas irrisórias por Lilia Valle (1979-1984).

Em 1993, os Guarani e os Tupinikim encaminharam uma proposta de ampliação das terras indígenas, com o objetivo de unificar os territórios e recuperar a perda das áreas previstas pela Portaria 609/79 da FUNAI. Os índios reivindicavam 13.579 hectares, entretanto, só conseguiram a homologação de 2.571 hectares das áreas pretendidas. Em 11 de março de 1998, os índios resolveram auto-demarcar as terras. A FUNAI elaborou um novo estudo técnico em 1994, no entanto, em 1998, o ministro da época, Íris Rezende, sugeriu outro relatório, criando um novo GT através da Portaria nº 087/PRES/98. O estudo de 1998, na verdade, ratificou o anterior. Contudo, os índios não aceitaram outro relatório, pois sabendo da morosidade em resolver essa situação, desejavam o reconhecimento do primeiro estudo. Em 18 de março, os agentes da Polícia Federal foram enviados para impedir a continuação do movimento. Além disso, a ação da polícia foi ofensiva, com extrema violência, impedindo o acesso de movimentos sociais que os apoiavam,

¹¹ MINISTÉRIO DO INTERIOR. FUNAI. Processo nº 3.649/75.

¹² Nesse acordo Lília Valle (1979-1984) aponta que os Tupinikim pediram coisas em nome da comunidade e não dinheiro, para evitar futuros conflitos. Tais pedidos eram considerados irrisórios, como: três barcos de alumínio, conjunto de rede pra pescaria, um frigorífico, porco, galinha, combustível por um período de cinco anos, ferramentas, sementes, dentre outros. Os Guarani não aceitaram tal acordo, recusando-se ao plantio de eucalipto nas áreas onde moravam, no entanto, trabalhavam no corte, transporte do eucalipto.

como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), o MST (Movimento Sem Terra), dentre outros. Em dois de abril de 1998, após tantos impasses e conflitos, as lideranças foram levadas à Brasília, para assinarem o Termo de Ajustamento de Conduta (MUGRABI, 2001:80-83), acordo realizado com a Aracruz Celulose e mediado pelo Estado.

Em 19 de fevereiro de 2005, cerca de 300 índios Tupinikim e Guarani resolveram em assembléia retomar a luta pela terra e romper o acordo com a empresa. Em 17 de maio de 2005, iniciou-se a auto-demarcação, com a participação de 400 índios. Em 31 de maio, houve a ocupação da aldeia de Olho d'Água. Em 01 de junho de 2005¹³, os indígenas realizaram uma marcha em Vitória, capital do Estado, cobrando uma posição clara do governo e pedindo respeito às coberturas jornalísticas da Rede Gazeta, esta favorável à empresa Aracruz Celulose.

A retomada pelas terras, nessa terceira fase, é explicada pelas lideranças Guarani a partir de vários argumentos, como: o não cumprimento das promessas do acordo pela empresa Aracruz Celulose, o aumento da população indígena nas aldeias e a falta de condições para auto-sustentabilidade e a insuficiência das terras para a agricultura.

Em todas as fases da luta pela terra, os Guarani utilizaram diversas estratégias políticas junto aos povos Tupinikim. No universo da escrita que abarca os laudos, os relatórios antropológicos e a legislação se reconhece apenas a posse imemorial e a ocupação tradicional dos povos Tupinikim, sendo os Mbya¹⁴ excluídos do direito à terra. A concepção de terra e território dos Guarani não encontram ressonância no mundo da escrita. Para os Mbya, a terra é o local apropriado para que possam exercer o seu modo de ser, *nhandereko*, isto é, onde viverão seguindo os preceitos cosmológicos, religiosos, sociais e culturais. A terra, ou *tekoa*, é o local que reúne condições físicas e materiais apropriadas à vida guarani, como a localização a leste, próximo ao mar e com presença de Mata Atlântica. (LADEIRA, 1992, 2001, 2004). O território¹⁵

¹³ BERNARDES, Flávia. Índios querem apoio de Hartung na homologação de suas terras. In: *Século Diário*. 01 de junho de 2005. Disponível em: < <http://www.seculodiario.com.br> >. Capturado em 01 de junho de 2005.

¹⁴ A questão do direito à posse da terra é controverso para os Guarani, pois no caso do Espírito Santo, os Mbya convivem em aldeias próprias em Tekoa Porã, Piraquê-Açu e Mbopy Pindo, mas estas regiões circunscrevem-se ao território indígena Tupinikim. No estado de Santa Catarina, os Guarani vivem em terras indígenas Kaingang. Para Ladeira, a concepção de território guarani esbarra na concepção de território no âmbito da legislação. De acordo com a autora (LADEIRA, 2001:89) o conceito de território não é próprio das sociedades indígenas, sendo as delimitações territoriais historicamente determinadas através de estratégias de poder e controle político do Estado, levando os índios a manterem-se dependentes.

¹⁵ De acordo com Garlet (1997), os Guarani, ao serem pressionados para saírem de suas terras devido aos conflitos com a sociedade envolvente, realizam os deslocamentos, reconfigurando, assim, seu território e estabelecendo relações de circularidade e reciprocidade. A desterritorialização consiste no processo de perda das terras iniciais

não se restringe a fronteiras físicas, pois ao serem expulsos de suas regiões originais, os Guarani agem refazendo e reconstruindo seu território através de movimentos de circularidade e reciprocidade, motivados por causas internas e externas. As causas internas são de natureza cultural, como a busca pelos antepassados, por matérias-primas, por casamentos, conflitos internos, disputas político-religiosas, visitas, mortes de parentes e aspectos cosmológicos. As causas externas são motivadas pelas pressões interétnicas advindas do contato com a sociedade ocidental (GARLET, 1997).

Nesse sentido, os Guarani recorrem a algumas estratégias de luta para conseguirem ter o acesso à terra junto aos povos Tupinikim. Se a terra não é garantida pelo mundo do *djuruá*, branco, os índios utilizam aspectos religiosos para referendar sua permanência na região. Segundo os mais velhos, a terra foi criada para todos e não pode haver briga com o branco. Nhanderu, deus supremo, foi quem criou a terra e a destinou aos Mbya para que pudessem viver. A líder religiosa Tatãtxi que conduziu o grupo ao Espírito Santo é considerada uma referência importante para os Guarani, pois ela era escolhida por Nhanderu para guiá-los à procura da Terra sem Mal, *yvy maraey*. Conforme os mais velhos, a caminhada era anunciada através de sonhos e revelações à líder xamânica que orientava a migração do grupo.

Segundo relatos dos mais velhos e lideranças políticas, os antepassados guarani já haviam estado no Espírito Santo, no município de Pancas. Schaden (1962:13) registra a presença dos índios oriundos do leste paraguaio e nordeste argentino que teriam atravessado os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná chegando ao litoral de São Paulo. O autor sabia da existência de três grupos, um vindo em 1924, outro em 1934 e um terceiro em 1946, sendo que dois haviam estado no Espírito Santo e Minas Gerais. Em 1934, um grupo guarani havia solicitado a Getúlio Vargas uma embarcação para chegar a outro lado do mar, sendo que o presidente teria autorizado o grupo a embarcar no litoral do estado. Além disso, nos documentos do SPI foram encontrados registros da presença guarani entre 1950 e 1960, no Posto Indígena de Pancas. (CICCARONE, 2001:251-252)

Em outros relatos a referência aos antepassados ocorre através da menção à *tava*, casa de pedra, símbolo material da presença guarani nos locais por onde teriam percorrido. Para Ladeira (2001: 137) *tava* é o termo que os Mbya designam a algumas ruínas de antigas edificações, que

ocupadas pelos Guarani. Contudo, através dos deslocamentos, conseguem recriar o seu território através de novos espaços, realizando um movimento de reterritorialização.

remetem à sua memória coletiva, reconhecidas por eles como locais de antigas aldeias onde viveram seus antepassados.

Os Guarani utilizam a história para embasar seus direitos sobre a terra. Referem-se principalmente às fontes escritas, aos laudos antropológicos e aos relatórios da FUNAI. Os Mbya recorrem frequentemente a história dos Tupinikim para fundamentar o acesso à terra. Citam os relatos históricos dos viajantes estrangeiros como a presença de Jean de Lery (1557) no aldeamento tupinikim de Santa Cruz. Destacam ainda a presença de Von Wied e de Auguste de Saint Hilaire durante o século XIX, em visita ao mesmo aldeamento.

Com relação à legislação e aos documentos escritos, as lideranças políticas guarani fazem constante menção à concessão de sesmaria que os Tupinikim receberam em 1610 pelo capitão-mor Francisco de Aguiar Coutinho.¹⁶ Relembam ainda a ratificação da doação de terras aos índios pelo imperador D. Pedro II, em 1860. Todos esses dados reforçam a posse imemorial¹⁷ das terras indígenas no Espírito Santo. Os Guarani ainda referem-se ao artigo 231 da Constituição de 1988 que garante à posse imemorial e tradicional dos povos indígenas sobre as terras.

Ainda sobre a história dos Tupinikim, os Mbya trazem informações como os relatos dos mais velhos sobre a existência de cerca de quarenta aldeias existentes no estado antes da instalação da empresa¹⁸. Recorrem às provas materiais sobre o achado das urnas funerárias encontradas em Santa Cruz, região de Aracruz que remonta períodos pré-históricos.

Os Guarani e Tupinikim ao realizar a auto-demarcação em 2005, iniciaram a reconstrução das aldeias de Araribá e Córrego d'Ouro que já existiram anteriormente. Membros das comunidades das duas etnias foram morar nas aldeias, sendo que, inicialmente, ambas seriam administradas por todas as lideranças Tupinikim e Guarani.

Uma das estratégias utilizadas pelos índios do Espírito Santo na luta pela terra foi a ocupação de forma pacífica de 300 índios, incluindo mulheres e crianças, na sede da empresa Aracruz

¹⁶ Este documento encontra-se no livro de Registro de Leis e Tombo de Vila de Nova Almeida.

¹⁷ A posse imemorial remonta a ocupação dos índios anterior à chegada dos europeus na América, ou seja, terras de ocupação contínua e estável, desde tempos imemoriais. Já a posse tradicional, segundo o artigo 231 da Constituição Brasileira de 1988, consiste em ser definida como terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e por eles habitadas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessárias ao seu bem estar e a sua reprodução física e cultural. Ver maior discussão acerca do tema em Ladeira (2001).

¹⁸ As aldeias eram Caieiras Velhas, Irajá, Comboios, Pau Brasil, Araribá, Córrego do Ouro, Guaxindiba, Amarelo, Olho d'Água, Lancha, Cantagalo, Macacos, Braço Morto, Areal, Tombador, Gimuhúna, Piranema, Potiri, Sahy Pequeno, Batinga, Santa Joana, Córrego do Morcego, Rio da Minhoca, Morobá, Rio da Prata, Ambu, Lagoa Suruaca, Cavalinho, Saaçu, Concheira, Rio Quartel, São Bento, Lajinha, Baiacu, Peixe Verde, Jurumim e Destacamento.

Celulose, em 06 de outubro de 2005¹⁹. Tal medida, adotada por eles, consistia em chamar a atenção para a causa indígena de defesa da terra e exigir providências, como a maior agilidade da FUNAI para terminar os grupos de estudo e publicar o relatório final. Após essa manifestação, o presidente da FUNAI, Mércio Pereira Gomes, compareceu ao Estado para ouvir os indígenas, porém, para efetuar o diálogo, exigiu que eles se retirassem dos prédios da empresa.

Em 20 de janeiro de 2006²⁰, cerca de 120 agentes da Polícia Federal ocuparam e agiram com extrema violência e barbárie, contra as populações das aldeias recém construídas, com o mandado de reintegração de posse da empresa Aracruz Celulose. Os indígenas foram atacados por disparos de balas de borracha e foram monitorados por helicópteros. Crianças, jovens, mulheres e idosos viram-se obrigados a correr e a se refugiar, diante da ação da polícia. As lideranças pediram o diálogo e a presença da FUNAI e demais órgãos de apoio aos índios, mas a polícia agiu destruindo as aldeias, expulsando os moradores e interceptando os funcionários do órgão indigenista.

As estratégias dos indígenas foram a divulgação da luta em âmbito nacional e internacional, através de manifestações e marchas. Atualmente, os índios esperam a homologação de 11.009 hectares de terras, pois o relatório da FUNAI foi publicado em 17 de fevereiro de 2006, no Diário Oficial da União- GT Portaria 1299, de 04/11/2005 e aguardam os procedimentos legais.

Referências Bibliográficas

CICCARONE, Celeste. *Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres mbya guarani*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

¹⁹ ANDRADE, Ednalva. Índios aguardam presidente da Funai na Aracruz Celulose. In: *Século Diário*. 06 de outubro de 2005. Disponível em: < <http://www.seculodiario.com.br> >. Capturado em 06 de outubro de 2005.

²⁰ BERNARDES, Flávia. Sangue e brutalidade nos eucaliptais da Aracruz Celulose. In: *Século Diário*. 20 de janeiro de 2006. Disponível em: < <http://www.seculodiario.com.br> >. Capturado em 20 de janeiro de 2006.

_____(org). *Memória viva Guarani: revelações sobre a terra*. Comunidade Tekoa Porã. Vitória:UFES,1996.

FREIRE, José R. B. A imagem do índio e o mito da escola. In: MARFAN, Marilda Almeida (org). *Congresso brasileiro de qualidade na educação: formação de professores: educação indígena*. Brasília: MEC/SEF, 2002,v.4.

GARLET, Ivori. *Mobilidade Mbya: História e significação*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

LADEIRA, Maria Inês. *O caminhar sob a luz: O território mbya à beira do oceano*. Dissertação de mestrado. Programa de Estudos de Pós-graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

_____. *Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. Doutorado. Programa de Geografia Humana. USP, 2001.

_____. *Terras guarani no litoral: as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós. Ka'a giity oreramói kúery ojou rive vaekue ÿ*. São Paulo: CTI,2004.

MOREIRA, Vânia M. L. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. In: *Diálogos Latinoamericanos*. Dinamarca: Centro de Estudos Latinoamericanos/ Universidade de Aarhus. nº 3/2001.

MUGRABI, Edivanda (org). *Os Tupinikim e Guarani e Guarani na luta pela terra*. Brasília: MEC/ SEF.2001.

SAMPAIO, José A. L. O resgate cultural como valor: reflexões sobre experiências de um antropólogo militante em programas de formação de professores indígenas no Nordeste e em Minas Gerais. In: MARFAN, Marilda Almeida (org). *Congresso brasileiro de qualidade na educação: formação de professores: educação indígena*. Brasília: MEC/SEF, 2002,v.4, p.149-153.

VALLE, Lilia. *Relatórios do Centro de Trabalho Indigenista*. UFF, Rio de Janeiro, 1979 a 1984.